

MANIFESTO DE PALMAS-PR

Os participantes do III Fórum das Licenciaturas do Instituto Federal do Paraná – IFPR, realizado de 03 a 05 de outubro de 2016 em Palmas/PR, pronunciam-se contra a MP 746/2016, que reformula o Ensino Médio brasileiro; o PL 6840/2013, que propõe a reformulação do Ensino Médio; a PEC 241/2016, que fixa limites de investimentos na educação pública brasileira; o PL 257/2016, que exara cortes de direitos trabalhistas; e o PL 193/2016, que propõe a instituição da Escola sem Partido.

Tal repúdio corrobora o posicionamento expresso nos manifestos de instituições científicas como Anped, Cedes, Anpae, FNE, Reditec (Carta de Vitória), Anfope, Movimento Nacional pelo Ensino Médio, Forumdir e outros movimentos sociais, bem como manifestações, tanto de estudantes quanto de servidores, nos próprios *campi* da instituição.

Os documentos acima mencionados foram colocados de forma autoritária no contexto educacional e vão de encontro às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério (Resolução CNE/CP 02/2015). A imposição da MP fere o processo democrático, pelo qual buscamos estabelecer o amplo diálogo em nossa instituição de ensino. Há uma clara expressão de precarização do ensino na MP, a partir da proposta da formação unilateral do sujeito.

São exemplos disso o fato de as redes de ensino poderem decidir quais itinerários formativos poderão ser cursados – desobrigando o poder público de garantir essa oferta – e o reconhecimento de “notório saber” como permissão para que profissionais sem formação específica assumam disciplinas para as quais não foram preparados. Além disso, o incentivo à ampliação da jornada para

tempo integral, sem que se assegure investimento de forma permanente e suficiente, resultará em oferta mais precária. Cumpre destacar, ainda, que há vários pontos críticos sobre a MP, a saber: a não obrigatoriedade do ensino de Arte, Educação Física e Língua Espanhola no Ensino Médio; a pulverização da Sociologia e da Filosofia; e a “dependência” da Base Nacional Comum Curricular.

Posicionamo-nos também em apoio aos profissionais da educação do estado do Paraná, frente ao descumprimento, por parte do governo estadual, do acordo de reposição salarial firmado em 2015 junto aos servidores – tendo o referido acordo sido uma das condições para a suspensão da greve daquele mesmo ano. Tal descumprimento dá continuidade às políticas autoritárias e ao recorrente desrespeito ao funcionalismo público paranaense.

Pelo exposto, os participantes deste III Fórum das Licenciaturas repudiam integralmente e exigem a revogação da MP 746/2016, bem como dos projetos de lei e da emenda constitucional acima indicados, pela maneira antidemocrática e ilegítima de promover mudanças no campo da educação.

Palmas-PR, 05 de outubro de 2016

III Fórum das Licenciaturas do Instituto Federal do Paraná

Recebido.

Daremos os devidos encaminhamentos.



Odacir Antonio Zanatta
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
Reitor pro tempore
Portaria MEC 603/16, DOU 11/07/16
SIAPE 1705578